

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.227 - SP (2019/0302164-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : RONALDO RONARO PEIXOTO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : R R P (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. CARTA DE PRESO. CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO OU DESCLASSIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME APROFUNDADO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA.
Writ indeferido liminarmente.

DECISÃO

De próprio punho, **R R P** impetra este *writ*, buscando sua absolvição ou desclassificação do crime pelo qual foi condenado na Ação Penal n. 1500905-33.2018.8.26.0540, da 4ª Vara Criminal da comarca de Santo André/SP (estupro de vulnerável), por ausência de provas conclusivas da prática delitiva. Referida condenação transitou em julgado em 25/9/2019.

Sucede, porém, que, além de se tratar de *writ* substitutivo de revisão criminal, esta não é a via adequada para se alcançar tal pretensão. Há inúmeros julgados nesta Corte dizendo que, na via do *habeas corpus*, é inadmissível o exame aprofundado dos elementos fático-probatórios da ação penal com o intuito de desconstituir o que foi decidido na sentença. Por exemplo: AgRg no HC n. 428.336/SP, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 15/2/2018; e HC n. 410.186/TO, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 30/5/2018.

Pelo exposto, **indefiro liminarmente** a petição inicial.

Intime-se a Defensoria Pública desta decisão.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator